

Ambulâncias fantasmas complicam senador

O senador Ronaldo Aragão não conseguiu explicar onde foram parar as três ambulâncias que a sociedade benficiante comprou da revendedora Dinasa, de Rondônia. Em 1991, a instituição pagou 47 mil dólares pelas ambulâncias, mas, até agosto deste ano, não havia recebido os veículos. O dinheiro foi destinado pelo Ministério da Ação Social a título de subvenção social. Ronaldo Aragão tentou se defender, afirmando que a subvenção não tinha sido pedida por ele, e que quem teria que responder sobre o negócio era o presidente da instituição. Mas foi obrigado a admitir que, na época da "compra", possuía 30 por cento das ações da revendedora de veículos Dinasa.

Depois de dar respostas tranquilas, porém evasivas, o senador mostrou irritação quando o deputado Aloízio Mercadante perguntou sobre duas emendas apresentadas pelo parlamentar, cada uma no valor de CR\$ 4,6 bilhões — valores de 1991 — para obras no município de Cacoal (RO). Uma das emendas seria utilizada para obras de saneamento que tiveram sua licitação contestada pela empresa Engelpa. A licitação foi cancelada, a comissão responsável destituída e, numa nova licitação, venceu a própria Engelpa. A

empresa de engenharia é do primo da esposa do senador e a emenda foi aprovada no ano em que ele era presidente da comissão de Orçamento.

Ronaldo Aragão se defendeu, dizendo que não trabalhou para a aprovação dessas emendas, mas acabou entrando em contradição, ao admitir que se empenhou para aprovar emendas para seu estado. Esse empenho também permitiu que fossem liberados os outros CR\$ 4,6 bilhões para a construção de um hospital regional no mesmo município. A obra, no entanto, foi tão superfaturada que o ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, determinou sua suspensão.

No final do depoimento, o deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF) chegou ao plenário com um relatório da Subcomissão de Emendas, que constata a aparição constante do nome do senador, apoiando ou apresentando emendas que beneficiam a construtora Norberto Odebrecht. No ano em que foi presidente da Comissão de Orçamento (1991), a empreiteira foi beneficiada com 620 milhões de dólares em obras. Coincidência, o senador foi obrigado a admitir que reside em sua casa um concunhado que é funcionário da Odebrecht em Brasília. A CPI só tinha um nome

deste funcionário: Rufino.

Outra falha no depoimento do senador foi a tentativa de se isentar de responsabilidades sobre o orçamento aprovado em 1991 e as irregularidades denunciadas neste ano. Mesmo sendo presidente da Comissão, disse que, se houve alteração do relatório final do Orçamento pelo relator, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), após a sua aprovação pelo plenário, ele não tem nenhuma responsabilidade. Aragão afirmou que, após a aprovação do relatório, seguiu para o exterior em viagem de serviço.

O senador admitiu que participou de uma reunião na residência do deputado João Alves (sem partido-BA), para discutir o Orçamento de 1992, em que estavam presentes o chefe do Departamento de Orçamento da União, Pedro Parente, o ex-diretor José Carlos Alves dos Santos, e os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Disse que, nesta reunião, estariam tentando fazer um acordo sobre o relatório parcial que seria apresentado em seguida, mas que ele se negou a fazer acordos colocando em votação todas as emendas que foram apresentadas.